

# Eixo Capital



**PABLO GIOVANNI — INTERINO**  
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

## Assunto encerrado

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



O presidente da Câmara Legislativa (CLDF), deputado Wellington Luiz (MDB), não discutiu com os demais parlamentares da base governista sobre o veto do governador Ibaneis Rocha (MDB) ao projeto de lei que alteraria as regras de instalação de painéis publicitários em Brasília. Mas, se depender do próprio Wellington, a vontade do chefe do Executivo local será respeitada e o caso encerrado.

## Blogueiro sem indulto

A defesa do blogueiro Wellington Macedo (E), condenado a seis anos por tentar explodir uma bomba no Aeroporto de Brasília em dezembro de 2022, requereu indulto para se livrar da condenação que cumpre atualmente no Complexo Penitenciário da Papuda, com base no indulto natalino decretado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O juiz da Vara de Execuções Penais (VEP), Milson Reis, rejeitou o pedido.

Ed Alves/CB/DA Press



PCDF/Divulgação



## Datas definidas

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) definiu para fevereiro do próximo ano as audiências de instrução e julgamento das testemunhas do caso envolvendo o ex-delegado-chefe da Polícia Civil Robson Cândido. Recentemente, a medida protetiva em vigor a favor da vítima foi revogada. Ao Correio e à TV Brasília, a ex-namorada do delegado aposentado considerou a decisão um “péssimo exemplo para a sociedade”.

Ed Alves/CB/DA Press



## PT promete ir à Justiça contra aprovação

Além do PSOL, o Partido dos Trabalhadores (PT) deve ingressar com uma petição no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) contra a aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). “Entendemos que há dispositivos aprovados pelos distritais que trazem muitos problemas para a nossa cidade. O PT vai dialogar com os outros partidos para uma petição única, mas, por ora, vamos à Justiça reverter esse absurdo”, disse Jacy Afonso (D) à coluna.

## Base defende aprovação do projeto

Dos 24 distritais, 18 foram favoráveis à aprovação do PPCUB na semana passada, incluindo o relator do projeto na Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), Hermeto (MDB). Na avaliação do parlamentar, a tese dos distritais da oposição, de que o projeto teria se tornado um “balcão de negócios”, não merece prosperar. “Respeito o papel deles, mas ressalto que diversas emendas foram aprovadas no projeto oriundas de propostas da oposição. O projeto ficou quase duas décadas aguardando aprovação”, disse Hermeto à coluna.

Ed Alves/CB/DA Press



## Sem acesso

Alvo da operação da Polícia Federal, em 12 de junho, considerado pelos investigadores como “laranja” nas eleições de 2022, o ex-deputado distrital Benivaldo Pontes teve o celular e um laptop apreendidos. O material confiscado, segundo policiais federais à frente da apuração, ainda não passou por perícia. A defesa do parlamentar alega que não teve acesso aos autos do processo, mas defende a inocência do cliente.

## Dificuldade para encontrar

Interlocutores de Jair Bolsonaro informaram à coluna que o ex-presidente pagará uma dívida de R\$ 360 mil de seu filho mais novo, Jair Renan, com o banco Santander. No entanto, os oficiais de justiça têm encontrado dificuldades para intimar Jair Renan a respeito da cobrança. Em uma ocasião, ele não foi localizado na casa de sua mãe, no Lago Sul. Uma nova tentativa será feita nos próximos dias, agora no novo endereço dele, em Balneário Camboriú, Santa Catarina.

Reprodução/Instagram



Carlos Vieira CB/DA Press



## Advogados defendem manutenção de tarifa de ônibus em dinheiro

A extinção do uso de dinheiro físico nos ônibus do Distrito Federal é alvo de duas ações judiciais de advogados da região. Além de uma ação civil pública movida pela Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), outro grupo de advogados solicitou a suspensão da portaria da Secretaria de Transporte e Mobilidade. Em ambos os processos, os juízes ainda não se manifestaram sobre o tema.

## Fibra reforça apoio ao PPCUB

O presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), Jamal Jorge Bittar, reafirmou o apoio da instituição ao PPCUB. O dirigente destacou a importância de debates sobre o regramento urbanístico da capital. “Brasília, como qualquer outra cidade, é uma estrutura viva, porém com as características de um patrimônio tombado. Essa condição torna necessárias revisões periódicas para que ocorra desenvolvimento, conciliando-o com a preservação do tombamento”, declarou Bittar.

## LDO

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 está previsto para ser votado, amanhã, pelos deputados distritais. O relatório da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) prevê um orçamento de R\$ 62,6 bilhões, sendo R\$ 38,1 bilhões de recursos próprios e R\$ 24,5 bilhões de receitas do Fundo Constitucional (FCDF).

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**ROUBO DE ÁGUA** /Infração pode custar R\$ 9.021 e render de quatro a 10 anos de reclusão, mesmo assim muita gente ainda insiste no “gato”. Aumento anormal da conta indica a possibilidade de ligações clandestinas

# Mais de 1,6 mil multas em 2024

» GIULIA LUCHETTA

Mesmo com multas que podem chegar a R\$ 9.021,00, há quem insista no crime de furto de água no Distrito Federal. A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) informou ao Correio haver aplicado, entre janeiro e maio, 1.615 multas por esse delito. O total representa um aumento de 7% em relação à soma da média mensal (302) das sanções aplicadas em cinco meses, durante 2023, por desvios semelhantes.

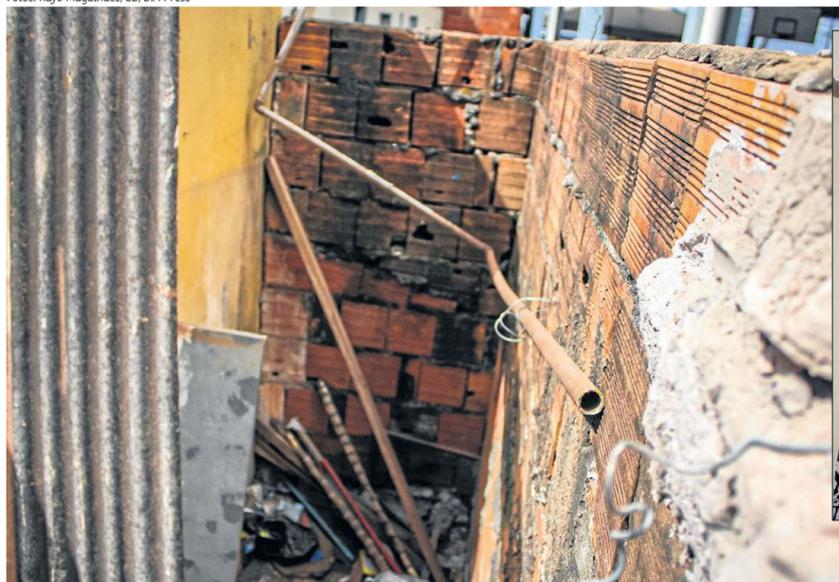
A penalidade pelo crime popularmente conhecido como “gato” pode variar de acordo com o grau da irregularidade e da categoria do imóvel. Se comprovada a fraude, o responsável pode responder judicialmente, sendo cobrado pelo tempo de utilização indevida de água e pela

quantidade desse consumo desautorizado. “A penalidade para esse crime pode variar de quatro a 10 anos de reclusão”, disse Beatriz Alaia Colin, advogada especialista em Direito Penal Econômico.

## Desabastecimento

Além de causarem danos à rede hidráulica, os “gatos” podem comprometer o abastecimento e contaminar a tubulação. Eles também afetam a pressão da água distribuída, o que dificulta — e, às vezes, impede — o enchimento das caixas-d’água nos imóveis. Os abusos causam profundos prejuízos. Somente no ano passado, com a descoberta e fechamento de diversas conexões desautorizadas, a Caesb evitou a perda de 1 milhão de metros cúbicos. Esse volume é o que 245 mil pessoas consomem por um mês no DF. De

Fotos: Kayo Magalhães/CB/DA Press



Os “gatos” podem comprometer o abastecimento, contaminar a tubulação e afetar a pressão da água

acordo com Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), individualmente, em média, o brasiliense usa, mensalmente, 4 metros cúbicos.

O aumento anormal do valor da conta de água denuncia ligações clandestinas. “Isso pode indicar que há possibilidade de uma ligação irregular na rede do cliente. Nesse caso, o consumidor deve nos comunicar”, orientou o diretor Financeiro e

Comercial da Caesb, Sérgio Antunes Lemos.

Foi ao perceber um aumento de quase R\$ 1 mil no que devia pagar que a diretoria da Escola Classe Arniqueira descobriu que a instituição estava sendo lesada. Kátia Souza Rodrigues Antunes, vice-diretora da EC Arniqueira, contou que o desvio ocorria por um cano que dava no terreno vizinho. A escola comunicou a situação à polícia e à Caesb, que acabaram com o “gato”.

## Golpes

No início deste mês, a Caesb também alertou os clientes sobre golpes que estão sendo praticados na internet por sites piratas com endereços e páginas semelhantes ao portal oficial da empresa. De acordo com a companhia, o crime ocorre no momento em que os usuários buscam pela segunda via da conta de água e são direcionados para falsos sites.

Dois casos foram registrados pela Caesb. Em um deles, o cliente chegou a pagar R\$ 132 cobrados no falso boleto gerado. Outro cliente percebeu o golpe ao constatar que o endereço do portal não era o mesmo do divulgado pela empresa e relatou a tentativa de golpe à companhia.

O Google retirou do ar os falsos portais após a denúncia da Caesb, que orientou as vítimas a fazerem um boletim de ocorrência na Polícia Civil.



A vice-diretora Kátia, da Escola Classe Arniqueira, percebeu um aumento de R\$ 1 mil na conta da instituição